

Concurso Público para provimento de cargos e formação de Cadastro Reserva

## Analista Judiciário – Área Judiciária Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O diálogo construtivo é a base para a resolução de conflitos.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

**A competência do escritor**

*O grande ficcionista russo Anton Tchêkhov tinha posições bastante maduras sobre a função essencial de um escritor. Numa das cartas que escreveu a um amigo, dizia, em síntese, que, ao exigirmos do artista uma atitude consciente em relação ao seu trabalho, costumamos confundir dois conceitos: a solução do problema de que ele trata e a colocação correta desse problema, pela qual se esclarecem quais são as questões nele implicadas. Apenas o segundo conceito é obrigatório para o artista. Há nisso alguma semelhança com o julgamento de um tribunal: as partes envolvidas devem colocar as questões corretamente, e que os jurados resolvam, cada um à sua maneira.*

*O grande escritor russo formula aqui uma proposição cuja prática exemplar representa-se, entre nós, na obra madura de Machado de Assis. Também este parece adotar a tese de que mais vale formular bem uma questão do que tentar de qualquer modo sua solução. Quem lê os contos e romances maduros de Machado de Assis fica com a sensação de que cabe a ele, como leitor, o juízo de valor final a ser aplicado à forma de pensar e de agir das personagens.*

(Juracy Colombo, inédito)

1. Anton Tchêkhov tinha a convicção de que a função de um escritor, ao focalizar em sua obra uma questão relevante, deve ser a de
- (A) representá-la de tal modo que o problema pareça ser muito mais simples do que efetivamente é.
  - (B) buscar resolvê-la parcialmente, de modo a sugerir qual seria o caminho da solução definitiva.
  - (C) mostrar que desconhece sua solução, embora de fato ele já a tenha encontrado por si mesmo.
  - (D) preocupar-se antes com a clareza de sua apresentação do que com a forma de solucioná-la.
  - (E) simular que busca resolvê-la, só para deixar claro que o caminho da solução pode ser enganoso.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A semelhança apontada no texto entre a função do escritor e o julgamento de um tribunal é que, em ambas as competências, o importante não é o resultado final, mas o esforço desenvolvido no rito acusatório.
- II. Aos leitores de Machado de Assis caberia antes a função de julgar a solução encontrada pelo escritor do que chegar a discutir os aspectos problemáticos da questão levantada.
- III. A semelhança apontada entre Tchêkhov e Machado de Assis está no fato de que nas obras de ambos os escritores o que se valoriza é o discernimento do problema, e não a via de sua superação.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I e II.

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Um ponto comum, de cujo fica difícil discordar, entre os dois escritores referidos, são as confluências entre seus modos de avaliar, um problema, a partir de sua mais imediata solução.
- (B) Tanto aos leitores de Tchêkhov como aos de Machado de Assis caberia a operação, promovida nas obras desses autores, de bem reconhecer e julgar a questão problemática nelas retratada.
- (C) Muitos leitores acreditam de que o importante num escritor é esclarecer suas questões, de vez que a função que lhes cabe é criar uma obra na qual possamos todos reconhecer os problemas e neles se espelhar.
- (D) O amigo à quem Tchêkhov enviou a carta recebeu com ela uma lição: de que os escritores têm uma função que não pode ser relegada, ou seja, divisar um problema que não pretendem solucionar.
- (E) O autor do texto avalia que na obra de Machado de Assis, a exemplo do que ocorre com Tchêkhov, o leitor fica pretendido como um parceiro de cuja colaboração no deslindamento de tudo é imprescindível.



4. Ao se flexionar adequadamente na voz passiva, a forma verbal sublinhada concorda regularmente com seu sujeito em:
- (A) Tendo sido bem discriminadas, as questões de um escritor oferecem-se como desafio a ser solucionado pelo leitor.
  - (B) Por saberem expô-las a contento, o escritor oferece ao leitor questões agudas e bastante desafiadoras.
  - (C) A muitos leitores tem sensibilizado as obras desses dois grandes mestres da literatura universal.
  - (D) Ainda que muitas soluções cheguem a haver num texto literário, mais importante é o processo pelo qual se apresentam.
  - (E) É aceitável o paralelo que se propôs estabelecer o autor do texto, ao aproximar os escritores referidos.

5. Atente para a construção das seguintes frases:

- I. Para o caso do escritor, apenas o segundo conceito é obrigatório.
- II. A solução de um problema não cabe aos escritores, cuja preocupação maior está em sua exposição.
- III. Ele não confia muito nos escritores, que apresentam soluções mais ou menos óbvias.

A **supressão** da vírgula **altera** significativamente o sentido da frase que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

6. A frase *mais vale formular bem uma questão do que tentar de qualquer modo sua solução* tem outra redação, igualmente correta e de sentido equivalente, em:

- (A) é mais preferível uma questão formulada do que sua tentativa imediata de solução.
- (B) vale menos a solução tentada de uma questão que esta vier a formular.
- (C) melhor será uma questão bem formulada em vez da sua busca de solução.
- (D) é melhor uma questão bem formulada ao invés de se alcançar alguma rápida solução.
- (E) é preferível formular a contento um problema a buscar a todo custo sua solução.

**Atenção:** Leia o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 10.

#### [Civilização e sofrimento]

*É uma afirmação corrente que boa parte da culpa dos sofrimentos humanos vem do que é chamado de nossa civilização. Seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos a condições primitivas, satisfazendo nossos instintos básicos. Tal asserção me parece espantosa, porque é fato estabelecido – como quer que se defina o conceito de civilização – que tudo aquilo com que nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer é parte da civilização.*

*Como é que tantas pessoas chegaram a partilhar esse ponto de vista de surpreendente hostilidade à civilização? Acho que uma profunda insatisfação com o estado civilizacional existente preparou o solo no qual, em determinadas ocasiões históricas, formou-se essa condenação.*

(Adaptado de: FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p. 31)

7. Explora-se, no texto, uma **flagrante contradição**, expressa formalmente no seguinte enunciado:

- (A) Muitas pessoas revelam uma posição inteiramente hostil aos princípios da civilização.
- (B) Destinada a nos proteger dos sofrimentos, a civilização é por vezes inculpada do nosso sofrer.
- (C) Em determinadas situações históricas, há quem se insurja contra o estado civilizacional.
- (D) Acredita-se que a satisfação dos instintos primitivos nos tornaria mais felizes.
- (E) Para muitos, o retorno a condições mais primitivas seria preferível ao estágio atual da civilização.



8. Todas as formas verbais têm emprego plenamente adequado na seguinte frase:
- (A) Teríamos sido bem mais felizes se abandonarmos as normas da civilização, vindo a retroceder aos hábitos primitivos.
  - (B) Seremos mais felizes se havermos de satisfazer nossos instintos mais primários, que há tanto abandonáramos.
  - (C) Não importa como se a defina, é imperativo que a civilização se mantenha consolidada como projeto humano.
  - (D) Deverão haver ainda mais hostilidades contra a civilização, caso se viesse a insistir no bem maior da vida primitiva.
  - (E) Será espantoso se, em pleno processo civilizatório, virmos a renunciar ao que já nos guiara por tanto tempo.
- 
9. Criamos a nossa civilização e atribuímos à nossa civilização o papel de dirimir nossos sofrimentos, fazendo da nossa civilização uma espécie de escudo contra o furor dos nossos instintos, para que não reconheçamos os nossos instintos como forças que não podem ser controladas.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima, substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) lhe atribuímos – fazendo dela – os reconheçamos
  - (B) a atribuímos – fazendo com ela – reconheçamos-lhes
  - (C) atribuímo-la – fazendo dela – lhes reconheçamos
  - (D) a ela atribuímos – fazendo-a – reconheçamo-los
  - (E) lhe atribuímos – fazendo-lhe – os reconheçamos
- 
10. Por apresentar deficiência em sua estrutura, é preciso CORRIGIR a redação da seguinte frase
- (A) Para muita gente, os seres primitivos seriam mais felizes que os civilizados por estarem mais próximos da natureza, que dita os nossos instintos.
  - (B) É inegável que muita gente considera, ao longo da história, que a civilização seja a grande responsável pelos sofrimentos humanos.
  - (C) A força dos nossos instintos é tamanha que muitos, acreditando não poder vencê-los, gostariam de ser felizes satisfazendo-os plenamente.
  - (D) Um ponto de vista, revelando surpreendente hostilidade, consideram muitos que está na civilização, sendo esta a raiz dos nossos males.
  - (E) Os princípios da civilização ainda estão sendo edificados porque todos acreditamos que, por meio deles, protegemo-nos de maiores sofrimentos.

### Noções de Informática

11. Um Analista realizou a seguinte sequência de comandos em um navegador *web* em sua versão em português:
- clicou no botão Ferramentas e em Opções da Internet
  - na guia Geral, em Home page, digitou `http://www.trt20.jus.br/`
  - clicou em Aplicar e OK
- O Analista
- (A) estava utilizando o Google Chrome e incluindo a *home page* digitada nos Favoritos.
  - (B) estava utilizando o Mozilla Firefox e marcando a *home page* digitada como página confiável.
  - (C) terá a *home page* digitada carregada automaticamente nas próximas vezes que abrir o navegador.
  - (D) estava utilizando o Internet Explorer 11 e liberando a *home page* digitada da verificação do antivírus.
  - (E) fará a *home page* digitada bloquear *cookies* automaticamente na próxima vez que abrir o navegador.
- 
12. Considere as duas situações em que a proteção e a segurança da informação foram violadas:
- I. O número do CPF de um trabalhador foi alterado, deixando seu CPF inválido.
  - II. Um dado sigiloso de uma causa trabalhista foi acessado por uma pessoa não autorizada.
- Nas situações I e II ocorreram, respectivamente, violação da
- (A) autenticação e da autorização das informações.
  - (B) confidencialidade e da integridade das informações.
  - (C) confidencialidade e da disponibilidade das informações.
  - (D) identificação e da autorização das informações.
  - (E) integridade e da confidencialidade das informações.



13. Um Analista deseja definir como padrão uma das impressoras disponíveis. Seu computador tem o sistema operacional Windows 7 em português instalado. Ele deve clicar no botão *Iniciar*, em *Painel de Controle* (configurado para o modo de exibição por ícones) e
- em *Hardware e Sons*, clicar em *Dispositivos e Impressoras*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão direito do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
  - clicar em *Impressoras e Dispositivos*. Na janela que se abre clicar em *Adicionar Impressora*, localizar a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
  - clicar em *Dispositivos de Hardware*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
  - clicar em *Adicionar Impressora*. Na janela que se abre, localizar a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
  - em *Hardware e Sons*, clicar em *Adicionar Dispositivo*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.

14. Considere a planilha abaixo editada no Microsoft Excel 2007 em português.

	A	B
1	<b>Percentual gasto com Recursos Humanos por tipo de Justiça</b>	
2	Poder Judiciário	89,50%
3	Tribunais Superiores	83,80%
4	Justiça Eleitoral	84,10%
5	Justiça Militar Estadual	87,80%
6	Justiça Estadual	89,00%
7	Justiça Federal	89,80%
8	Justiça do Trabalho	93,50%
9		
10	<b>Maior percentual</b>	<b>93,50%</b>
11	<b>Menor percentual</b>	<b>83,80%</b>
12	<b>Média dos percentuais</b>	<b>88,21%</b>

(Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoaes/pj-justica-em-numeros>)

Para a apresentação dos valores das células B10, B11 e B12 foram digitadas, correta e respectivamente, as fórmulas:

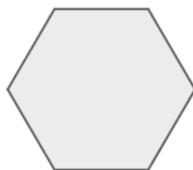
- =MAIOR (B2 : B8)      =MENOR (B2 : B8)      =MÉDIA (B2 : B8)
  - =MAIOR (B2 : B8 ; 1)      =MENOR (B2 : B8 ; 1)      =MÉDIA (B2 : B8)
  - =MAIOR (B2 : B8 ; 0)      =MENOR (B2 : B8 ; 0)      =MED (B2 : B8 ; 7)
  - =MAIORVAL (B2 : B8)      =MENORVAL (B2 : B8)      =MÉDIAVAL (B2 : B8)
  - =MÁXIMO (B2 : B8 ; 1)      =MÍNIMO (B2 : B8 ; 1)      =MED (B2 : B8)
15. *Smartphones, tablets, ultrabooks* etc impulsionaram o uso de redes móveis e o conceito de BYOD – *Bring Your Own Device* no meio corporativo. Neste cenário, é correto afirmar que
- com a disponibilidade de tecnologias VPN (rede pública construída sobre uma rede privada) para dispositivos móveis, o meio corporativo passou a aceitar que acessar ferramentas de trabalho pelo dispositivo mais confortável para o funcionário pode trazer aumento de produtividade.
  - ao invés do *client-server* passa-se a ter *client-cloud* – o cliente utiliza as funcionalidades nativas dos sistemas operacionais para *desktop* como iOS e Android com esquemas de segurança e criptografia, integrando outras ferramentas nativas dos dispositivos.
  - novos *apps* estão explorando o uso da câmera e do GPS e para isso há um componente importante na arquitetura das novas aplicações corporativas: o *Firmwhere*, que é uma camada de *software* entre a aplicação e o sistema operacional, que facilita o seu desenvolvimento.
  - utilizar *apps* que permitem o trabalho *offline* e, quando a rede fica disponível, promovem a sincronização dos dados com a nuvem, é uma característica que as aplicações corporativas podem ter para evitar paradas no trabalho caso a rede não esteja disponível.
  - aplicativos como *digital vallets* (carteiras digitais) permitem compras seguras através do dispositivo móvel e todos os bancos já oferecem um *app* para celulares que utiliza o *bluetooth* para ler o *QR Code* (código de barras) e pagar uma conta.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Uma situação judicial exige que o valor de R\$ 810.000,00 seja repartido em três partes de forma que a segunda seja igual ao dobro da primeira e a terça parte da terceira. Feita a repartição dessa maneira, a diferença entre a maior e a menor das três partes foi, em reais, de
- (A) 480.000,00.
  - (B) 420.000,00.
  - (C) 460.000,00.
  - (D) 380.000,00.
  - (E) 450.000,00.

17. Do ponto de vista da lógica, a proposição “se tem OAB, então é advogado” é equivalente à
- (A) tem OAB ou é advogado.
  - (B) se não tem OAB, então não é advogado.
  - (C) se não é advogado, então não tem OAB.
  - (D) é advogado e não tem OAB.
  - (E) se é advogado, então tem OAB.

18. Marina, Kátia, Carolina e Joana se sentam em uma mesa hexagonal (seis assentos), conforme indica a figura abaixo.



Sabe-se que Carolina se senta imediatamente à direita de Marina e em frente à Kátia; e que Joana não se senta em frente a um lugar vazio. Dessa forma, é correto afirmar que, necessariamente,

- (A) Kátia se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
  - (B) Joana se senta imediatamente ao lado de Kátia.
  - (C) Marina se senta em frente à Kátia.
  - (D) Carolina se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
  - (E) Carolina está tão distante de Kátia na mesa quanto está de Marina.
19. Uma entidade assistencial pretende montar kits com vestimentas de inverno para distribuir em creches da cidade. Para a montagem dos kits, a entidade dispõe de 60 cobertores idênticos, 72 casacos idênticos e 108 calças idênticas. Se todos os kits são iguais e se todas as 240 vestimentas são utilizadas nos kits, o número máximo de kits que a entidade conseguirá montar é igual a
- (A) 24.
  - (B) 180.
  - (C) 60.
  - (D) 12.
  - (E) 6.

20. Um comerciante resolveu incrementar as vendas em sua loja e anunciou liquidação de todos os produtos com desconto de 30% sobre o preço das etiquetas. Ocorre que, no dia anterior à liquidação, o comerciante havia remarcado os preços das etiquetas para cima de forma que o desconto verdadeiro, durante a liquidação, fosse de 16% sobre o preço anterior ao aumento com a remarcação. Sendo assim, o aumento do preço feito na remarcação das etiquetas no dia anterior à liquidação foi de
- (A) 24%.
  - (B) 20%.
  - (C) 21%.
  - (D) 32%.
  - (E) 34%.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Fausto, empregado da empresa X, exerce a função de operador de máquinas. Na semana passada, seu chefe hierárquico, chamou todos os empregados no pátio da fábrica e ofereceu bananas aos macacos que não estavam atingindo as metas, apontando como exemplo Fausto. Fausto, sentiu-se humilhado e chegando em sua residência, consultou a Constituição Federal sobre a prática de racismo e verificou que a Carta Magna
- (A) prevê dentre os direitos sociais que a prática de racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
  - (B) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
  - (C) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
  - (D) prevê dentre os direitos e deveres individuais e coletivos que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
  - (E) não prevê em nenhum capítulo específico, o racismo, mencionando apenas dentre os direitos fundamentais a garantia da dignidade da pessoa humana.
- 
22. Bruna, desconfia que seu filho Murilo, 24 anos de idade, começou a praticar crimes de furtos, bem como crimes cibernéticos. Preocupada com a situação, inclusive porque Murilo recebe diversas cartas de cobranças de dívidas lícitas, Bruna resolve investigar a situação financeira do filho, mas nenhuma entidade Governamental, bem como nenhuma entidade de caráter público lhe fornecem qualquer informação. Conversando com sua amiga Soraia, estudante de direito, a mesma sugeriu que Bruna impetrasse um *habeas data*. Neste caso, Soraia fez a sugestão
- (A) incorreta porque não cabe *habeas data* para o conhecimento de informação relativa a terceiro, mas somente relativa ao impetrante.
  - (B) correta porque segundo a carta magna conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como de terceiros a ela relacionados constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
  - (C) incorreta porque o *habeas data* cabe apenas para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
  - (D) correta porque o *habeas data* cabe exatamente para a retificação de quaisquer dados referentes a qualquer pessoa, em razão da observância do princípio da publicidade.
  - (E) correta porque segundo a carta magna conceder-se-á *habeas data* exatamente para assegurar o conhecimento de informações relativas a terceiros constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- 
23. Processar e julgar originariamente nas infrações penais comuns o Ministro do Trabalho e Emprego, o Governador do Estado X e o Ministro Y do Tribunal de Contas da União compete ao
- (A) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
  - (B) Supremo Tribunal Federal.
  - (C) Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
  - (E) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- 
24. Vitoria, 34 anos de idade; Margarida 62 anos de idade; Gláucia, 66 anos de idade são juízas do trabalho com atuação em Tribunais Regionais do Trabalho distintos. As três almejam ocupar cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Com relação ao quesito idade,
- (A) apenas Margarida e Gláucia poderão ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros.
  - (B) apenas Margarida poderá ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros.
  - (C) apenas Margarida poderá ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 23 Ministros.
  - (D) todas poderão ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 23 Ministros.
  - (E) apenas Vitoria e Margarida poderão ocupar o referido cargo, observando que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros.



25. Matias, empregado da fazenda X, foi eleito suplente de cargo de direção no sindicato rural Y. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) é vedada a sua dispensa a partir da sua posse até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (B) Matias poderá ser dispensado livremente, uma vez que a estabilidade sindical não abrange sindicatos rurais.
  - (C) Matias poderá ser dispensado livremente, uma vez que a estabilidade sindical não abrange eleitos como suplentes.
  - (D) é vedada a sua dispensa a partir do registro da candidatura até o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, podendo ser dispensado imediatamente após o término do referido mandato.
  - (E) é vedada a sua dispensa a partir do registro da candidatura até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

---

**Direito Administrativo**

26. Alberto, servidor público federal, foi eleito vereador do Município de Lagarto/SE. O citado vereador pretendia conciliar seu cargo com o cargo eletivo, no entanto, inexistiu compatibilidade de horário para tanto, razão pela qual ficará afastado do cargo efetivo. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Alberto
- (A) poderá optar pela sua remuneração.
  - (B) poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
  - (C) não deverá contribuir para a seguridade social no período do afastamento.
  - (D) ficaria afastado do cargo efetivo, ainda que houvesse compatibilidade de horário, vez que a lei veda o exercício cumulativo de cargos nessa hipótese.
  - (E) receberá obrigatoriamente a remuneração do cargo eletivo.
27. O Estado de Sergipe celebrou parceria com entidade privada, qual seja, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP para a prestação de assessoria jurídica à população carente. Ao longo da citada parceria, constatou-se que Marcio, Secretário Estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão, liberou recursos sem a estrita observância das normas permitentes, o que gerou lesão aos cofres públicos. O Ministério Público do Estado, após o respectivo procedimento investigatório, ingressou com ação de improbidade administrativa contra os envolvidos. Nos termos da Lei nº 8429/1992 e desde que preenchidos os requisitos legais, a conduta de Marcio caracterizará ato ímprobo que
- (A) causa prejuízo ao erário, sendo indispensável a conduta dolosa nesse caso.
  - (B) atenta contra os princípios da Administração pública, bastando a conduta culposa para tanto.
  - (C) causa prejuízo ao erário, podendo a ação ser culposa ou dolosa.
  - (D) importa enriquecimento ilícito, sendo indispensável o dolo e o dano ao erário nesse caso.
  - (E) atenta contra os princípios da Administração pública, sendo indispensável o dano ao erário nesse caso.
28. Em determinado processo administrativo de âmbito federal, foi proferida decisão que acabou atingindo indiretamente o direito da servidora Cristina. Em outro processo administrativo de âmbito federal, foi proferida decisão no tocante a interesse e direitos coletivos, razão pela qual uma associação representativa está pretendendo interpor recurso administrativo. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) nenhum dos citados têm legitimidade para interpor recurso administrativo, pois apenas os titulares de direitos que forem parte no processo poderão assim o fazer.
  - (B) tanto Cristina quanto a associação representativa têm legitimidade para interpor recurso administrativo nos casos narrados.
  - (C) apenas a associação representativa tem legitimidade para interpor recurso administrativo.
  - (D) apenas Cristina tem legitimidade para interpor recurso administrativo.
  - (E) nenhum dos citados têm legitimidade para interpor recurso administrativo, pois apenas a pessoa física, diretamente afetada pela decisão, poderá assim o fazer, independentemente de ser parte ou não no processo.

29. Considere:

- I. No momento da abertura da sessão do pregão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.
- II. O julgamento e a classificação das propostas se fazem pelo critério do menor preço, razão pela qual não podem ser enfrentados outros requisitos, como especificações técnicas ou parâmetros de desempenho.
- III. O pregão apresenta uma peculiaridade em relação às demais modalidades de licitação. Isto porque, na fase de julgamento e classificação das propostas, há a combinação de proposta escrita com lances verbais.
- IV. A habilitação do vencedor ocorrerá após a classificação das propostas e processa-se mediante a abertura do envelope contendo a documentação do licitante vencedor. Ressalte-se que, nessa fase, o pregoeiro não poderá, em qualquer hipótese, examinar documentação de habilitação do segundo colocado.

Nos termos da Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

**Direito do Trabalho**

30. O artigo 7º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu direitos mínimos dos trabalhadores urbanos e rurais, objetivando a garantia e o aprimoramento da sua condição social, inserindo princípios do Direito do Trabalho, mesmo que de forma implícita, como por exemplo,
- (A) primazia da realidade; intangibilidade salarial; razoabilidade.
  - (B) boa fé contratual; primazia da realidade; irredutibilidade salarial.
  - (C) irredutibilidade salarial; igualdade salarial; intangibilidade salarial.
  - (D) alteridade; continuidade da relação de emprego; princípio da despersonalização do empregador.
  - (E) continuidade da relação de emprego; *pacta sunt servanda*; proteção à criança e ao adolescente.
- 
31. A empresa Beta & Gama Construções S/A celebrou contrato escrito com a empresa Potencial Humano Mão de Obra, onde constou expressamente o motivo justificador da demanda, ou seja, atender a um acréscimo extraordinário de serviços para cobrir reparos emergenciais em hidroelétrica com ruptura parcial de barreira, com duração de três meses. Essa situação caracteriza
- (A) contrato de trabalho avulso.
  - (B) terceirização ilícita de atividade fim.
  - (C) prestação de serviços de trabalho autônomo de natureza civil.
  - (D) contrato de trabalho temporário.
  - (E) contrato de trabalho na modalidade experiência.
- 
32. A Rede de Drogarias Ômega sucedeu a Farmácia Delta por incorporação, ocupando o mesmo local, as mesmas instalações e o fundo de comércio, mantendo ainda as mesmas atividades e empregados. Nessa situação, os contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida
- (A) permanecerão inalterados e seguirão seu curso normal, visto que as alterações na propriedade da empresa não afetam os contratos de trabalho dos empregados nem os direitos adquiridos por eles.
  - (B) continuarão vigentes desde que as obrigações trabalhistas anteriores recaiam sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.
  - (C) passarão por obrigatória repactuação com o novo empregador quanto às cláusulas e condições estabelecidas originalmente.
  - (D) serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais com a empresa sucessora.
  - (E) permanecem vigentes e inalterados pelo prazo de um ano, mas a transferência de obrigações trabalhistas dependerá das condições em que a sucessão foi pactuada.
- 
33. Hermes foi contratado pela empresa Gama Engenharia para trabalhar como apontador no Município de Aracaju. Havia cláusula no contrato prevendo a possibilidade de transferência em razão de necessidade do serviço. Após dez meses, Hermes foi transferido em definitivo para o Município de Estância, acarretando mudança de seu domicílio, sob fundamento de real necessidade do serviço, sem qualquer comprovação. Nesse caso, conforme legislação aplicável e jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho, a transferência será
- (A) correta, porque havia cláusula expressa possibilitando a transferência a qualquer tempo em razão de alegação de necessidade do serviço.
  - (B) presumidamente abusiva, porque apesar da previsão contratual de possibilidade de transferência, deverá ser comprovada a necessidade do serviço.
  - (C) ilegal, porque a lei prevê a possibilidade de alteração de local de trabalho somente após 1 ano da contratação, para evitar lesividade ao trabalhador, ainda que ocorra alegação de necessidade do serviço.
  - (D) ilegal, porque é prevista a inamovibilidade como garantia ao trabalhador, salvo se houver vantagem econômica com acréscimo salarial de 25% e anuência expressa do empregado, ainda que não se comprove a necessidade do serviço.
  - (E) correta, porque a transferência seguiu todos os requisitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, fazendo parte do *jus variandi* do empregador alterar o local de trabalho do empregado, mesmo sem cláusula contratual expressa, em razão da alegação de necessidade do serviço.
- 
34. Saturno firmou contrato de trabalho com a empresa Zetha Processamento de Dados que está sob a direção, controle ou administração do Banco Zetha S/A. Durante três anos, Saturno trabalhou diretamente para a empresa que o contratou, sendo transferido para o Banco Zetha, onde trabalhou por mais um ano, quando foi dispensado, sem receber verbas rescisórias e outros títulos trabalhistas devidos. Nessa situação, a responsabilidade em relação aos direitos trabalhistas de Saturno será
- (A) apenas da empresa Zetha Processamento de Dados porque foi com esta firmado o contrato de trabalho, ficando o Banco Zetha responsável subsidiário se participou da relação processual como reclamado na fase de conhecimento.
  - (B) de ambas as empresas porque fazem parte do mesmo grupo econômico, ficando delimitada a responsabilidade de cada empresa pelo período trabalhado pelo empregado.
  - (C) das duas empresas, sendo que o Banco Zetha será o responsável principal e a Zetha Processamento de Dados responsável subsidiária porque o primeiro detém maior potencial econômico e é o controlador, podendo responder apenas em fase de execução.
  - (D) apenas do Banco Zetha porque detém maior potencial econômico e é o controlador, não havendo assim a formação de litisconsórcio passivo na ação trabalhista em qualquer fase processual.
  - (E) solidária das duas empresas em razão da existência de grupo econômico, não sendo necessária que a ação seja movida em face de todas as empresas do grupo, podendo ser verificada a existência do grupo na fase de execução.



35. A empregada Héstia trabalhou na escola de educação infantil Pequeno Polegar como instrutora de dança contemporânea e jazz. Nos intervalos das aulas, Héstia acessava sites pornográficos em seu celular e praticava atos libidinosos com o porteiro da escola no banheiro dos funcionários. Além disso, Héstia frequentemente fumava em local proibido onde havia risco de incêndio e placas de sinalização proibitivas. Tais atitudes podem ser consideradas figuras de justa causa, respectivamente, nas modalidades:
- (A) desídia; incontinência de conduta.
  - (B) incontinência de conduta; insubordinação.
  - (C) improbidade; incontinência de conduta.
  - (D) incontinência de conduta; indisciplina.
  - (E) mau procedimento; indisciplina.
- 
36. Sobre o princípio da igualdade salarial e a equiparação salarial, conforme legislação aplicável e entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
  - (B) não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, visto que não podem ser avaliados os critérios de igual produtividade e mesma perfeição técnica.
  - (C) não há óbice legal para que o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social possa servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
  - (D) se o paradigma tiver tempo de serviço superior a um ano em relação ao tempo do empregado que pretende a equiparação, não existe o direito à igualdade salarial.
  - (E) é necessário que, ao tempo da reclamação trabalhista sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, até mesmo para verificar-se a contemporaneidade do trabalho.
- 
37. No curso do contrato de trabalho, podem ocorrer certos eventos que impliquem na ausência de prestação de serviços, mas sem acarretar a cessação do vínculo de emprego. Quanto a essas hipóteses definidas por lei como suspensão e interrupção do contrato de trabalho:
- (A) Ao empregado afastado do emprego em razão de interrupção, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa, o que não ocorre nos casos de suspensão.
  - (B) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, constitui motivo justo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
  - (C) O afastamento do empregado por motivo de doença suspende o contrato de trabalho por 15 dias e interrompe o contrato a partir do 16º dia.
  - (D) Em caso de aborto espontâneo, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá direito a um período de repouso remunerado de duas semanas, ensejando hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
  - (E) Os dias em que comprovadamente o empregado for prestar exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior serão considerados por lei hipótese de suspensão do contato de trabalho.
- 
38. Conforme norma sobre organização sindical contida na Consolidação das Leis do Trabalho, a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como
- (A) dissídio coletivo de trabalho.
  - (B) categoria econômica.
  - (C) categoria profissional.
  - (D) categoria profissional diferenciada.
  - (E) convenção coletiva de trabalho.

#### Direito Processual do Trabalho

39. Zeus é estivador inscrito e atuando como trabalhador avulso no Porto do Rio de Janeiro. Há alguns meses ele não tem concordado com os repasses que estão sendo efetuados pelos trabalhos realizados, entendendo ser credor de diferenças. Consultou um Advogado para ajuizar ação em face do Órgão Gestor de Mão de Obra e o operador portuário, demanda esta que deverá ser proposta perante a
- (A) Justiça Comum Estadual, porque o trabalhador avulso é considerado autônomo sem vínculo de emprego com o órgão de mão de obra.
  - (B) Justiça do Trabalho, ainda que o pedido seja somente de diferenças de repasses.
  - (C) Justiça do Trabalho, desde que formule pedido principal de reconhecimento de vínculo de emprego e, acessoriamente de diferenças de repasses.
  - (D) Justiça Federal, porque a matéria portuária é de segurança do Estado Federativo e, portanto, de ordem nacional.
  - (E) Justiça Comum Estadual ou Justiça do Trabalho, visto que se tratando de matéria de relação de trabalho em sentido amplo, cabe ao trabalhador a opção.



40. O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes de Brasília e demais cidades-satélite do Distrito Federal resolve interpor dissídio coletivo de greve, sendo que a competência para conhecê-lo será
- (A) da Vara do Trabalho situada na área do dissídio coletivo.
  - (B) da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.
  - (C) do Ministério Público do Trabalho, junto à Procuradoria Geral do Trabalho.
  - (D) da Comissão de Conciliação Prévia intersindical da categoria no Distrito Federal.
  - (E) do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Distrito Federal, com sede em Brasília.
- 
41. A empresa Delta & Gama Engenharia, em sua contestação na reclamação trabalhista movida por Perseu, alterou a verdade dos fatos e procedeu de modo temerário. O advogado do reclamante peticionou ao Juiz requerendo a condenação da reclamada ao pagamento de multa por litigância de má-fé e indenização por prejuízos sofridos. Nessa situação, o Juiz
- (A) não poderá acolher o pedido visto que não há previsão legal deste instituto na Consolidação das Leis do Trabalho e nesse caso não pode ser aplicado dispositivo do processo comum pelo princípio da reserva legal, porque implica em punição processual.
  - (B) deverá acolher integralmente o pedido de multa e indenização em razão da litigância de má-fé por aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil em caso de omissão e não havendo incompatibilidade com o sistema processual do trabalho.
  - (C) deverá aplicar apenas a norma relativa ao tema prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, que se restringe ao pagamento de multa revertida aos cofres públicos.
  - (D) deverá aplicar apenas a norma relativa ao tema prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, que se restringe ao pagamento de indenização por prejuízos sofridos pela parte contrária.
  - (E) deverá acolher integralmente o pedido de multa e indenização em razão da litigância de má-fé do reclamado, mas não poderia se a situação fosse inversa, por força de dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho que não permite a aplicação subsidiária do processo comum contra o trabalhador.
- 
42. Ulisses foi nomeado Procurador-Geral do Trabalho. Durante o seu mandato poderia ser acusado de desvio de suas atribuições funcionais em caso de
- (A) decidir, atendendo a necessidade do serviço, sobre remoção a pedido ou por permuta de membro do Ministério Público do Trabalho.
  - (B) decidir processo disciplinar contra membro da carreira ou servidor dos serviços auxiliares, aplicando as sanções que sejam de sua competência.
  - (C) nomear o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, segundo lista tríplice formada pelo Conselho Superior.
  - (D) elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público do Trabalho, submetendo-a, para aprovação, ao Conselho Superior.
  - (E) exercer o poder normativo no âmbito do Ministério Público do Trabalho, especialmente para elaborar e aprovar as normas e as instruções para o concurso de ingresso na carreira.
- 
43. Em audiência realizada em reclamação trabalhista o micro empresário Péricles enviou como preposto o contador autônomo que não presenciou os fatos que foram objeto do litígio. O advogado do reclamante requereu a aplicação de confissão da reclamada. Nessa situação, conforme entendimento legal e sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) a confissão deve ser acolhida porque o preposto, apesar de não ter a obrigação de presenciar os fatos, deve ser gerente ou empregado da empresa reclamada.
  - (B) a impugnação deve ser acolhida, porque o preposto necessariamente deve ter testemunhado os fatos que foram objeto do litígio.
  - (C) a confissão não deve ser acolhida porque se exige do preposto apenas o conhecimento dos fatos e não tê-los presenciado, bem como não precisa ser empregado em caso de pequeno ou micro empresário.
  - (D) a lei processual trabalhista é omissa quanto ao preposto ter ou não testemunhado os fatos, cabendo ao juiz adiar a audiência para que a empresa traga como representante para depoimento outra pessoa que tenha presenciado os fatos.
  - (E) a confissão não deve ser acolhida em razão do contraditório, devendo o juiz adiar a audiência para que o micro empresário Péricles, que tem conhecimento dos fatos, compareça pessoalmente na audiência.
- 
44. Quanto aos procedimentos ordinário e sumaríssimo previstos na Consolidação das Leis do Trabalho
- (A) no sumaríssimo cada parte poderá ouvir até duas testemunhas.
  - (B) no ordinário as testemunhas devem ser arroladas em 5 dias, sob pena de preclusão.
  - (C) apenas no ordinário é possível a prova pericial, com adiamento da audiência para a sua realização.
  - (D) no ordinário cada parte poderá ouvir até cinco testemunhas.
  - (E) no sumaríssimo as testemunhas devem ser arroladas em 48 horas, sob pena de preclusão.



45. Em se tratando de execução trabalhista, nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) não cabe a execução provisória por carta de sentença, nem a execução de prestações sucessivas por tempo indeterminado.
  - (B) nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução deverá recair sobre cada parcela não cumprida, não compreendendo as que lhe sucederem.
  - (C) caberá execução provisória apenas se fora caucionado o valor de cinquenta por cento da execução.
  - (D) nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não-pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
  - (E) tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá todas as prestações devidas até o final do ano de ingresso da execução.
- 
46. Icaro ajuizou reclamação trabalhista em face da sua empregadora Asas do Horizonte Produtora. A sentença não lhe foi favorável em todos os seus pedidos, sendo julgada improcedente. Inconformado, recorreu da sentença, mas seu recurso foi denegado por deserção e intempestividade. Neste caso, cabe a Icaro
- (A) agravo de petição no prazo de 15 dias.
  - (B) agravo de instrumento no prazo de 5 dias.
  - (C) recurso de revista no prazo de 15 dias.
  - (D) recurso ordinário no prazo de 08 dias.
  - (E) agravo de instrumento no prazo de 08 dias.
- 
47. Sobre os procedimentos especiais de ação rescisória e mandado de segurança, segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) no caso da tutela antecipada ou liminar ser concedida antes da sentença, não cabe a impetração do mandado de segurança, em face da existência de recurso próprio.
  - (B) não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, pois é prioritária e obedece à gradação prevista no Código de Processo Civil.
  - (C) fere direito líquido e certo que pode ser atacado por mandado de segurança o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo de petição.
  - (D) a ação rescisória calcada em violação de lei também admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
  - (E) é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.

#### Direito Civil

48. Com autorização de lei, a empresa "Z" descarta resíduos sólidos em área próxima a uma represa. Se revogada a lei que autoriza o descarte nesta área, a empresa "Z"
- (A) não poderá continuar a fazê-lo, pois a lei nova possui efeito imediato e a empresa "Z" não tem direito adquirido, devendo adequar-se ao novo regime jurídico.
  - (B) não poderá continuar a fazê-lo, pois, embora a empresa "Z" tenha direito adquirido, a lei de ordem pública tem efeito retroativo.
  - (C) poderá continuar a fazê-lo, pois a empresa "Z" tem direito adquirido, o qual obsta o efeito imediato da lei nova.
  - (D) poderá continuar a fazê-lo, pois a empresa "Z" tem direito adquirido, o qual obsta o efeito retroativo da lei nova.
  - (E) não poderá continuar a fazê-lo, pois, de acordo com as Normas de Introdução às Leis do Direito Brasileiro, a lei nova possui efeito retroativo, seja de ordem pública ou não, e a empresa "Z" não tem direito adquirido, devendo adequar-se ao novo regime jurídico.
- 
49. Flávio trabalha em empresas situadas nas cidades A, B e C, reside com ânimo definitivo na cidade D e visita sua mãe, ocasionalmente, a passeio, na cidade E. Exerce sua principal atividade na cidade C. Considera(m)-se domicílio(s) natural(is) de Flávio o(s) lugar(es) situado(s) em
- (A) D, somente.
  - (B) A, B e C, quanto às relações concernentes às respectivas atividades profissionais, e D.
  - (C) C, somente.
  - (D) C, quanto às relações concernentes à profissão ali exercida, e D.
  - (E) A, B, C, D e E.
- 
50. Marcos ganhou como presentes de casamento, um quadro assinado por seu autor; um liquidificador de marca conhecida e disponível no mercado, um relógio de parede, único, que havia pertencido a seu bisavô, e certa quantia em dinheiro. São considerados bens infungíveis o
- (A) quadro, o relógio e o dinheiro.
  - (B) dinheiro, apenas.
  - (C) relógio, apenas.
  - (D) relógio e o liquidificador.
  - (E) quadro e o relógio.



51. Mário vendeu um apartamento a seu filho Caio, porém sem obter, antes, a anuência dos demais filhos seus. Tal contrato é
- (A) anulável, e, salvo convenção em contrário, Mário arcará com as despesas de escritura e registro e responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
  - (B) válida, devendo o bem, no entanto, ser trazido à colação por ocasião do falecimento de Mário. Salvo convenção em contrário, Caio arcará com as despesas de escritura e registro e Mário responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
  - (C) válida, devendo o bem, no entanto, ser trazido à colação por ocasião do falecimento de Mário. Salvo convenção em contrário, Mário arcará com as despesas de escritura e registro e responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
  - (D) anulável, e, salvo convenção em contrário, Caio arcará com as despesas de escritura e registro e Mário responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
  - (E) anulável, e, salvo convenção em contrário, Mário arcará com as despesas de escritura e registro e Caio responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
- 
52. Mateus e Lucas firmaram contrato de mútuo por meio do qual Mateus emprestou R\$ 80.000,00 a Lucas. Lucas assumiu a obrigação de devolver o dinheiro em 80 meses. O contrato foi garantido por hipoteca de um dos imóveis de propriedade de Lucas. Se Lucas inadimplir uma das parcelas
- (A) considerar-se-á vencida a dívida, não havendo renúncia ao direito de execução imediata se Mateus receber posteriormente a prestação atrasada.
  - (B) poderá Mateus cobrar apenas a parcela vencida, inexistindo, no caso, vencimento antecipado da dívida.
  - (C) extinguir-se-á a hipoteca, a menos que Mateus proceda à execução imediata do total da dívida.
  - (D) considerar-se-á vencida a dívida, mas havendo renúncia ao direito de execução imediata se Mateus receber posteriormente a prestação atrasada.
  - (E) a propriedade do bem se consolidará em favor de Mateus, independentemente de execução da dívida.

#### Direito Processual Civil

53. Analise as proposições abaixo, acerca dos impedimentos e da suspeição:
- I. Há impedimento quando o juiz promover ação contra a parte ou seu advogado.
  - II. Há impedimento quando o primo do juiz estiver postulando como advogado.
  - III. Há suspeição quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo das partes ou seus advogados.
  - IV. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) III e IV.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) II e IV.
- 
54. O incidente de descon sideração da personalidade jurídica
- (A) é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
  - (B) é obrigatório, ainda que a descon sideração tenha sido requerida na petição inicial.
  - (C) acarreta a nulidade da alienação de bens havida em fraude à execução, quando o pedido de descon sideração for acolhido.
  - (D) é resolvido por sentença.
  - (E) não suspende o processo, em regra.
- 
55. Se o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, o juiz
- (A) mandará citar o réu e procederá ao julgamento antecipado da lide se a causa dispensar a fase instrutória. Desta decisão caberá agravo de instrumento.
  - (B) indeferirá a petição inicial. Desta decisão não caberá recurso.
  - (C) poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, sem a citação do réu, desde que a causa dispense a fase instrutória. Desta decisão caberá apelação.
  - (D) poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, depois de citado o réu, desde que a causa dispense a fase instrutória. Desta decisão não caberá recurso.
  - (E) poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, depois de citado o réu, ainda que a causa não dispense a fase instrutória. Desta decisão caberá apelação.



56. Na execução por quantia certa,
- (A) a expropriação consistirá em adjudicação e alienação, bem como apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.
  - (B) antes de adjudicados ou alienados os bens, o executado pode remir a execução, pagando ou consignando a importância histórica da dívida, sem acréscimo de juros ou honorários advocatícios.
  - (C) o executado será citado para pagar a dívida no prazo de quinze dias, contado da citação ou da juntada do último mandado aos autos, em caso de mais de um executado, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução.
  - (D) ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, independentemente da oposição de embargos, honorários advocatícios de vinte por cento sobre o valor da causa, a serem pagos pelo executado, os quais são reduzidos à metade em caso de pagamento espontâneo da dívida.
  - (E) se o oficial não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, os quais serão convertidos em penhora, dispensando-se a citação do devedor.

57. Os embargos de terceiro

- (A) não admitem prova oral.
- (B) não podem ser opostos pelo cônjuge do devedor, salvo para defesa dos bens que poderá vir a herdar.
- (C) podem ser opostos apenas no processo de execução.
- (D) são distribuídos livremente, não suspendendo o processo principal.
- (E) podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.

#### Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

58. De acordo com a legislação em vigor, uma pessoa que tenha mais de 18 anos e que tenha deficiência mental

- (A) deve se submeter à esterilização forçada.
- (B) pode ser considerada plenamente capaz na esfera civil e, inclusive, contrair validamente casamento.
- (C) deve ser interditada mediante processo judicial e, assim, será considerada absolutamente incapaz para todos os atos da vida civil.
- (D) não pode exercer a guarda, a tutela ou adotar uma criança, salvo se assistida ou representada por seu curador.
- (E) será considerada absolutamente ou relativamente incapaz, conforme o grau de comprometimento do discernimento da pessoa ocasionado pela enfermidade mental.

59. De acordo com a Constituição Federal,

- (A) é assegurada a garantia de um salário mínimo de benefício mensal a toda pessoa com deficiência.
- (B) é permitido critério discriminatório no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência.
- (C) é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social quanto aos segurados com deficiência.
- (D) é permitida, por lei complementar, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria de servidores públicos com deficiência.
- (E) o Estado tem o dever de prestar a educação às pessoas com deficiência, preferencialmente em unidade especializada e distinta da rede regular de ensino.

60. De acordo com o Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, é correto afirmar que

- (A) a participação de pessoa com deficiência em concurso lhe assegura condições diferenciadas dos demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação.
- (B) o período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto com deficiência em oficina protegida terapêutica caracteriza vínculo empregatício para todos os fins.
- (C) a dispensa por justa causa de empregado com deficiência habilitada, contratado por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.
- (D) caso um concurso público preveja 102 vagas para provimento, serão reservadas a candidatos com deficiência, 5 vagas.
- (E) a empresa com mais de mil empregados está obrigada a preencher 5% de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa com deficiência habilitada.



### DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

#### Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, por questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 11.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc.); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, média igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

#### QUESTÃO 1

Matias, oficial de justiça avaliador do TRT da 20ª Região, penhorou uma casa de propriedade da empresa reclamada na cidade de Laranjeiras. Durante o prazo de sessenta dias após a penhora, Matias avaliou o bem penhorado em R\$ 200.000,00. As partes não questionaram a avaliação, sendo afixado edital anunciando o dia e hora da praça para ocorrer dentro de 30 dias. Na referida data Cacilda arrematou o bem. Neste caso, responda fundamentadamente:

- Matias agiu dentro dos preceitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho? Justifique.
- A fixação de edital possuía alguma formalidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho? Justifique.
- Em razão da arrematação, Cacilda deverá garantir o lance? Justifique.
- Na hipótese de Cacilda não pagar o preço da arrematação dentro de doze horas após o término do leilão, há alguma consequência? Existe previsão legal para o retorno à praça dos bens do executado? Justifique.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



**QUESTÃO 2**

Em determinada reclamação trabalhista em fase de execução de sentença, foi proferida decisão determinando a penhora de um dos quatro televisores LED de 40 polegadas que guarneciam a residência da executada Fernanda. Em razão dessa decisão o advogado de Fernanda interpôs Agravo de Petição. O referido agravo foi conhecido, mas negado provimento. Diante dessa situação Fernanda, professora, sabendo da existência do *jus postulandi*, revogou os poderes conferidos ao seu advogado e decidiu ela mesma interpor Recurso de Revista. Responda fundamentadamente:

- a. É possível a penhora do televisor? Há previsão na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o tema? Justifique.
- b. Fernanda poderá exercer o *jus postulandi* no caso narrado? Justifique, mencionando o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema.
- c. O Recurso de Revista é cabível na hipótese narrada? Justifique.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO